



## AS ÁGUAS DA PAISAGEM URBANA DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP: MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL<sup>1</sup>

Beatriz Fagundes<sup>2</sup>

### RESUMO

Neste artigo procuramos mostrar como foram construídas, ao longo do tempo, as relações entre a cidade de Presidente Prudente/SP e suas águas. Para alcançar tal objetivo foram necessários os seguintes procedimentos: amplo levantamento bibliográfico sobre a temática apresentada; a análise de documentos que revelaram as diversas ações do poder público em relação aos córregos urbanos, ao longo do tempo; o acesso à memória e às representações sociais em relação às águas na cidade, através da História Oral e da Teoria das Representações. Concluímos que as águas da cidade de Presidente Prudente ficaram na memória daqueles que um dia as presenciaram limpas na paisagem e, para aqueles que não tiveram essa oportunidade e, mesmo para quem teve, hoje os córregos são apenas galerias por onde percorre um líquido que carrega a sujeira que a cidade produz. O rio não está mais ali. É um curso d'água portador de lixo, esgoto, mau cheiro, insetos e perigo, ou seja, é representado com toda uma carga de negatividade, que leva os moradores a pensarem que estas águas precisam ser eliminadas, ou pelo menos escondidas, pois não pertencem mais à cidade e sua presença se equipada à falta de qualidade ambiental e de vida. Assim, a falta de ambientes que valorizam as águas na paisagem urbana acaba por criar representações negativas em relação às águas urbanas e desencadeiam, muitas vezes, práticas depreciativas em relação a elas.

**Palavras-chave:** Águas urbanas, Presidente Prudente, Representações Sociais, Memória.

### ABSTRACT

In this article, we present how the relationships between the city of Presidente Prudente/SP and its waters were built over time. To achieve this goal, we followed these procedures: extensive bibliographical survey about the thematic; analysis of official and historical documents from local public water agency; interviews with city dwellers, in order to access memories and social representations in relation to water in the city, through Oral History and Theory of Social Representations. We concluded that the waters in the city of Presidente Prudente remained in the memory of those who once witnessed them clean in the landscape and, for those who did not have this opportunity and, even for those who did, today the streams are just galleries through which a liquid that carries the dirt that the city produces flows. The river is no longer there. It is a watercourse carrying garbage, sewage, bad smell, insects and danger, that is, it is represented with a negative image, which leads residents to think that these waters need to be eliminated, or at least hidden, because they no longer belong to the city and their presence represents lack of environmental and life quality. Thus, the lack of environments that value water in the urban landscape ends up creating negative representations in relation to urban waters and often triggers derogatory practices in relation to them.

**Keywords:** Urban Waters, Presidente Prudente, Social Representations, Memory.

<sup>1</sup> Este artigo é resultado da pesquisa de doutorado. Parte da pesquisa realizada com apoio financeiro proveniente da agência de fomento CNPq.

<sup>2</sup> Doutora pelo Programa de Pós - Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Presidente Prudente, [beafagundes@yahoo.com.br](mailto:beafagundes@yahoo.com.br)



## INTRODUÇÃO (JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS)

A grande maioria das paisagens urbanas mostra a conflituosa relação estabelecida entre as cidades e as águas ao longo da história. Um modelo de planejamento urbano voltado para a cidade ideal e higiênica não considerou as águas como um elemento integrante do meio urbano. Nas cidades as intervenções realizadas, principalmente, nos cursos d'água, passam a ser vistas de forma natural, como se a canalização fosse o destino final para as águas.

Observando o espaço urbano de Presidente Prudente – SP, verificamos poucos ambientes em que a população possa ter acesso a água, como fontes, córregos e lagos. Isso nos chamou a atenção, principalmente, quando temos conhecimento que esta cidade foi se sobrepondo a um denso sistema hidrográfico, constituído por nascentes e pequenos cursos d'água, ou seja, vários córregos que fazem parte das bacias hidrográficas do Rio Santo Anastácio e do Rio do Peixe. Os cursos d'água, quando aparecem, estão com canalização aberta e aqueles que ainda não foram canalizados estão quase todos cercados, inacessíveis à população, ou degradados com processo erosivo intenso, assoreados e com muito lixo acumulado em suas margens e nas áreas adjacentes ao córrego.

A partir dessas verificações, lançamos como hipótese para nossa pesquisa que as relações que foram construídas, ao longo do tempo, entre a cidade de Presidente Prudente e suas águas e, a falta de ambientes que valorizem essas águas na paisagem urbana, em sua maioria, criaram representações negativas em relação a essas águas e desencadeiam, muitas vezes, práticas depreciativas em relação às águas ainda presentes.

Para averiguar a tese, procuramos compreender as relações que historicamente foram estabelecidas entre a cidade de Presidente Prudente e suas águas (nascentes, córregos e lagos), que justificariam representações sociais negativas em relação às águas ainda presentes na paisagem urbana.

Como objetivos específicos foram definidos: Compreender como ocorreu o processo de produção do espaço urbano de Presidente Prudente, que teve por consequência a degradação, retificação e canalização dos cursos d'água, desaparecimento das nascentes e poluição das represas e lagos; Analisar como a política urbana municipal pensou e tem pensado os córregos que estão presentes na malha urbana e as ações que vem sendo desenvolvidas; Estabelecer relações entre as águas que compuseram a paisagem da cidade em períodos anteriores e as memórias que os cidadãos tinham/têm delas, para assim compreender como atualmente as águas da cidade aparecem como representações sociais.



## METODOLOGIA

Para atingir tais objetivos definimos como recorte temporal, o período que abrange de 1917 a 2018, ou seja, desde quando surgiu o núcleo inicial que deu origem à cidade até 2018, data de finalização da tese. O recorte espacial considerado foi o perímetro urbano, levando em consideração as alterações que foram ocorrendo devido à expansão urbana ao longo do tempo.

Vários autores foram consultados para que pudéssemos entender a questão ambiental e o processo de produção do espaço urbano de Presidente Prudente, com destaque as inúmeras pesquisas de mestrado e doutorado.

Para reconstruir a paisagem antiga de Presidente Prudente e entender as transformações ocorridas neste espaço de tantos cursos d'água foi de extrema importância a análise de fotografias antigas do espaço urbano, ou seja, a “paisagem eternizada” (ABREU, 1998, p. 80), que localizamos no acervo Museu Municipal Antonio Sandoval Netto, assim como, as fotografias divulgadas nas redes sociais – *Facebook* -, em comemoração aos 100 anos da cidade.

Poucos foram os documentos históricos e os vestígios materiais encontrados na área urbana que pudessem revelar o passado de uma cidade de tantas águas. Foi neste sentido, que procuramos dar voz, através da história oral, às memórias de moradores de Presidente Prudente que conviveram e cresceram próximos aos cursos d'água e puderam presenciar as modificações ocorridas nesta paisagem. A memória da cidade também foi revivida através das crônicas escritas sobre Presidente Prudente.

Os processos de outorga de canalizações, arquivados no DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica) de Presidente Prudente, nos permitiram entender como se estabeleceram e estabelecem as políticas públicas em relação às águas urbanas.

Realizamos também entrevista com o prefeito da época Nelson Roberto Bugalho que, além de responder questões relacionadas a administração municipal, esclareceu ainda as decisões tomadas pelo Ministério Público do Meio Ambiente de Presidente Prudente, quando atuava como promotor, considerando sua participação nos processos de outorga, momento em que recomendou ao DAEE a proibição das canalizações fechadas na cidade.

Foram consultados também: jornais impressos e on-line, além de portais que destacam as notícias locais, entre eles G1 Presidente Prudente, O Imparcial, Portal do Governo do Estado e do Município de Presidente Prudente, dois pareceres técnicos do Ministério Público do Estado de São Paulo referente a canalizações e áreas de risco/enchentes na cidade (SÃO



PAULO, 2005), (SÃO PAULO, 2015); Plano Diretor do Município de 1969 (PLANO, 1968-1969); Plano Diretor em vigor de 2008 e o andamento da sua revisão (PRESIDENTE PRUDENTE, [2018?]); Plano Municipal de Drenagem Urbana (PRESIDENTE PRUDENTE, 2010); Plano Municipal de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (PRESIDENTE PRUDENTE, 2009); Política Estadual de Recursos Hídricos (SÃO PAULO, 1991); Código Florestal (BRASIL, 1965) dentre outros documentos.

Em todos os momentos da pesquisa, realizamos a visão vertical dos córregos através das imagens de satélite do *Google Earth* – 2017-2018, com a finalidade de verificar a localização dos cursos d’água e a ocupação urbana nas áreas de fundos de vale.

Os trabalhos de campo, parte importante da pesquisa, foram os momentos em que realizamos a visão horizontal dessas áreas, quando foi possível confirmar e levantar informações sobre a situação atual de alguns córregos, assim como a realização das entrevistas com os moradores dessas áreas, a fim de coletar as representações sociais.

Para a investigação das representações sociais das águas urbanas, recorremos a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978, 2003), que possibilitou traçar um caminho para o acesso das representações, ou seja, a conversação, considerada o “epicentro” para a criação das representações sociais (SPINK, 1995, p. 99) e “certa proximidade com o próprio elemento - objeto do discurso, a água” (FAGUNDES, 2015, p. 96). Desta forma, realizamos entrevistas semi-estruturadas com moradores e frequentadores de ambientes, próximos aos córregos – com canalização fechada, aberta e sem canalização da área urbana de Presidente Prudente.

A análise dos dados qualitativos levantados – através da história oral, representações sociais e os requerimentos de outorga de canalização –, ocorreu através da “análise de conteúdo” proposta por Bardin (2011), que a define como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p. 45).

O diário de campo foi utilizado em todos os momentos da pesquisa para anotações, registro de conversas informais, observações e reflexões e nos ajudaram na descrição da situação atual dos rios.

Enfim, a partir desta ordem de ideias e procedimentos foi possível desenvolver a pesquisa e alcançar os resultados que serão aqui apresentados.



## REFERENCIAL TEÓRICO

As principais discussões teóricas para o desenvolvimento da pesquisa articularam a temática estudada às categorias, conceitos e teorias, que nos permitiram, de acordo com a finalidade proposta pela pesquisa, analisar o espaço geográfico – objeto de estudo da Geografia.

Santos (2002, p. 63) nos permitiu a análise da formação histórica da paisagem urbana de Presidente Prudente, que se deu a partir da substituição, ao longo do tempo, dos “objetos naturais” por “objetos fabricados, objetos técnicos”, que garantiram a chegada e a permanência do pioneiro que participou da fundação da cidade de Presidente Prudente e a integração deste espaço à economia da época. Assim, o espaço urbano foi sendo produzido, com formas “herdadas, reconstruídas sob uma nova organização com formas novas em construção, ou seja, [...] a coexistência do passado e do presente ou de um passado reconstituído no presente” (SUERTEGARAY, 2000, p. 18).

E, é esse “sistema material” que, em “momentos históricos diferentes” (SANTOS, 2002, p. 103-104), foi se sobrepondo às águas e que resultou hoje na atual paisagem urbana de Presidente Prudente. Assim, para entender esse processo partimos da observação da paisagem, ou seja, esse “conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2002, p. 103).

A relação – sociedade – natureza – foi pensada na pesquisa a partir do conceito de ambiente, pois entendemos que a análise do meio ambiente se dá a partir da “compreensão das práticas sociais, das ideologias e das culturas envolvidas” (SUERTEGARAY, 2000, p. 30), e que a presença do ser humano nesse espaço se dá como um ser natural e, ao mesmo tempo, como alguém oposto à natureza, que nela promoveu/promove profundas transformações (SUERTEGARAY, 2000, p. 30).

Deste modo, para entender essa relação se torna indispensável um exercício de análise das categorias sociedade-natureza e espaço-tempo, ou seja, pares que se inter-relacionam constantemente. E, é neste sentido que concordamos com Suertegaray (2002, p. 111) que essas categorias são fundamentais para o entendimento do espaço geográfico, pois se articulam e dialogam e assim “transformam-se com a histórica mudança do mundo; por consequência, transforma-se o espaço geográfico”.

A relação sociedade-natureza, nesta perspectiva, não nos permite pensar a natureza hoje como “primariamente natural” fruto de processos “exclusivamente de sua auto-



organização” (SUERTEGARAY, 2002, p. 115). Nas cidades, por meio da técnica, a materialização foi sendo inserida e hoje já não conseguimos distinguir onde os espaços técnicos acabam. Como afirma Santos (2002, p. 65), a “natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos”, ou seja, forma-se uma “segunda natureza”, “artificializada” ou “tecnificada”. O sistema hidrográfico urbano é um bom exemplo desta “natureza selvagem” (SANTOS, 2002) que ao longo da história, foi sendo agregado um conjunto de objetos técnicos, fabricados, que acabou por compor um sistema hídrico artificial.

Para um melhor entendimento, da articulação sociedade-natureza/espaço-tempo, usamos as palavras de Santos (2002, p. 53), que afirma: “[...] tempo e espaço são uma só coisa, metamorfoseando-se um no outro, em todas as circunstâncias”, ou seja, o espaço tem sempre a materialidade e se tempo e espaço não se excluem “o tempo também, deve ser, empiricizado”. Para o autor isso se torna possível quando a sociedade, através das técnicas, cria diversas formas que, projetadas no espaço, exprimem as marcas de tempos diferentes (SANTOS, 2002).

A partir dessas considerações passamos a refletir sobre as águas na cidade, que passaram a circular em um sistema artificial entrelaçado, de tubulações, de redes de canalização fluvial, de distribuição de água potável e coleta de águas pluviais e residuais. Neste circuito, as águas fluviais, que faziam parte de um sistema aberto maior e de troca de relações, na maioria das vezes, passaram a ser confinadas por obras de engenharia que mudaram suas características, seu percurso e sua função, numa tentativa de controle das águas, tendo como objetivo a expansão urbana.

Desta forma, podemos dizer que Presidente Prudente é um produto, isto é, resultado da produção, é um objeto social e, por conseguinte, natureza socializada, entretanto, isto não diz ainda tudo, Milton Santos (2002, p. 55) advoga que a subjetividade e a imaginação apresentam um papel importante neste movimento de produção do espaço geográfico.

Nas ideias do autor, a técnica, não produz somente o espaço material, mas influencia também na forma como o espaço é compreendido e discutido. A produção do espaço é, portanto, compreendida como um processo ao mesmo tempo material e imaterial. Neste sentido é que Santos (2002, p. 55) destaca a análise da objetividade como caminho para entender a constituição do espaço e do tempo operacionais e a análise da subjetividade para a compreensão do espaço e do tempo imateriais. Assim, o espaço pode ser visto a partir de “invasões recíprocas” entre o operacional e o compreendido (SANTOS, 2002, p. 55).

Dessa forma, entendemos ser necessário compreender que as águas fazem parte do processo de produção do espaço urbano, que é histórico e social, material e imaterial



(discursivo), construído através de decisões políticas e econômicas, orientadas a partir de uma cultura dominante e hegemônica que se materializa no espaço na forma de objetos técnicos.

É neste sentido que consideramos na pesquisa a subjetividade e a objetividade, o discurso e o material, a natureza e a sociedade para entender esse processo histórico de formação de Presidente Prudente e o destino das águas nesse espaço, que se encontra em constante movimento.

Deste modo, verificar o processo de produção da cidade de Presidente Prudente, incluiu o material (avenidas, edifícios, canalizações, etc.) bem como as representações e as memórias (discursos) dessa e sobre essa materialidade em que as águas hoje se encontram. Assim, essa dimensão do imaterial, da subjetividade, do discurso, da representação, que orienta, que dá sentido, que dá conteúdo e concretiza a materialidade no espaço, incorporando os cursos d'água a malha urbana, foi analisada na pesquisa através da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978; 2003).

Além das Representações Sociais, foi necessário reconstruir, a memória da cidade em que as águas estavam ainda visíveis na paisagem urbana. A memória, também carregada de representações, podem revelar as ações do poder público e os anseios dos cidadãos em relação às águas na cidade.

Em suma, quando procuramos entender a história da formação do espaço urbano de Presidente Prudente, é coerente o estudo da materialização na paisagem, dos meios naturais e o meio técnico científico informacional proposto por Santos (2002) e, por outro lado, quando se fala de como a população e o poder público compreendem e constroem discursos sobre os córregos que resultam em determinadas ações sobre as águas urbanas, a Teoria das Representações Sociais faz todo sentido. É por isso que essas diferentes teorias não se excluem e sim se complementam, ou seja, estas teorias articuladas permitem o entendimento da totalidade, a água presente nesse ambiente material da cidade, mas também fazendo parte de um universo das representações sociais, da memória, dos pensamentos dos cidadãos que convivem ou conviveram com cursos d'água próximos à suas casas, na cidade de Presidente Prudente.

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES**

Desde o início da ocupação da região do Oeste Paulista percebe-se a conflituosa relação sociedade - natureza, quando se retira a mata para o cultivo da monocultura do café e a construção da propriedade rural, deixando a mata distante no horizonte, mas que logo será



devastada assim que dela se apropriarem. No núcleo urbano ocorre o mesmo processo, um relacionamento conflituoso, entre sociedade - natureza. À medida que a materialidade aumenta, aumentam também os problemas e os conflitos.

As formas foram sendo materializadas, ocorrendo assim às transformações no espaço urbano de Presidente Prudente, desde a retirada da mata original à formação do núcleo urbano inicial.

A expansão urbana, que no seu planejamento, ou falta dele, não levava em consideração os elementos naturais do local (nascentes, córregos, vegetação), com melhoramentos voltados apenas para atrair novos compradores de terras rurais, trouxe, já nesse primeiro momento de existência do núcleo urbano, consequências negativas para os cursos d'água.

Presidente Prudente foi projetada para dar suporte às fazendas de café e servir de ponto de chegada dos interessados nesta cidade fazer negócio.

Ao longo do tempo os objetos foram sendo fixados e a cidade foi ganhando novas formas, instituições administrativas, religiosas e de prestação de serviços, o posto de expurgo de sementes de algodão, além dos constantes serviços de sarjetas e calçamento das ruas, que se tinha como objetivo principal, o embelezamento da cidade.

A expansão urbana foi fortemente orientada pelo espigão ocupado pela ferrovia, pela importância dessa via para o escoamento da produção econômica local e regional (SPOSITO, 1983). Dessa forma, ocupam-se as nascentes dos córregos e, posteriormente, as novas formas que foram projetadas na área urbana, substituiu a vegetação dando lugar à materialidade que foi se aproximando dos cursos d'água.

Barreiras físicas à expansão urbana vão sendo transpassadas, como por exemplo, os córregos que são canalizados possibilitando assim a expansão de forma descontínua, muitas vezes, com “tendência à periferização da população de menor renda” (AMORIM, 2000, p. 58) que levou a implantação de grandes projetos de conjuntos habitacionais, atingindo os fundos de vales, causando diversos problemas, principalmente, para a população que vive nas suas proximidades como: assoreamento dos córregos, inundações de residências, rachaduras em moradias através das movimentações do solo, excesso de lixo jogado nos fundos de vale, esgoto lançado diretamente nessas águas e todas as consequências decorrentes desse processo.

Assim, por razão do descaso do poder público, essas áreas tornam-se ambientes degradados e leva a população reivindicar a sua canalização, como forma imediata para solucionar o problema. Assim, as canalizações se tornaram práticas constantes desde a fundação de Presidente Prudente até os dias atuais.



Na área central, assim como em vários pontos da cidade, os córregos não são mais visíveis, foram canalizados, resultado da expansão da malha urbana. Águas que fizeram parte do cotidiano, dos momentos de lazer e da infância de muitos prudentinos, hoje permanecem apenas nas lembranças de quem um dia teve a oportunidade de presenciá-las no ambiente urbano.

Vários outros córregos também foram lembrados pelos moradores antigos de Presidente Prudente. As lembranças das mulheres em relação às águas da cidade são memórias mais familiares e restritas a proximidade do córrego e aos afazeres domésticos como buscar a água na mina com as amigas, ou algum parente, as lembranças do córrego associadas ao percurso realizado para ir ao sítio com a família ou observar os meninos brincarem nas águas. As águas mais distantes estão com mais frequência nas lembranças dos homens entrevistados, que quando crianças ou jovens saíam, no calor de Presidente Prudente, a procura de águas mais limpas para nadar e pescar.

Constatamos assim que os moradores de Presidente Prudente têm registrado em sua memória, lembranças dos cursos d'água das áreas centrais, ancoradas em uma imagem positiva dos córregos, mesmo com grandes erosões e também como lugar de lazer na infância e juventude.

A falta de cuidados com as águas de Presidente Prudente, que iniciaram já nos primeiros anos de criação do núcleo urbano, em que a vegetação era retirada para a expansão da área central, levaram o uso de suas águas para o escoamento do esgoto e os córregos passaram a serem vistos como ambientes insalubres e como barreiras físicas que impediam a expansão urbana.

Podemos afirmar que as águas (nascentes, córregos e lagos) da cidade de Presidente Prudente não desapareceram da memória dos cidadãos que conviveram com elas em tempos passados, mas, elas não foram e não têm sido preservadas nas outras dimensões da memória da cidade. Muitas nascentes e cursos d'água foram “apagados” da paisagem sem deixar, praticamente, nenhum marco visível e poucos são os registros documentais que proporcionem às gerações futuras - a quem está sendo negada a convivência com essas águas -, ao menos a possibilidade de conhecer que ali há uma rede hidrográfica que circula no subsolo da cidade, que em determinado local havia um chafariz que foi essencial para o abastecimento da população de certa época e que na área urbana de Presidente Prudente havia e ainda têm muitas minas d'água, que estão constantemente sendo despejadas nas galerias pluviais.

As memórias dos cursos d'água que ainda permanecem na paisagem urbana, hoje se misturam com outras imagens, de águas poluídas e degradadas que passam a formar



representações sociais negativas, em que o córrego passa a ser visto como um problema a ser resolvido.

As relações estabelecidas com as águas, em Presidente Prudente, promoveram e promovem um distanciamento da população: tanto das nascentes que, por muitos, deixaram de ser usadas, em razão da poluição e também, por ter a presença da água nas torneiras das casas; como dos cursos d'água, que foram usados para o direcionamento do esgoto e do lixo, desde a formação inicial da cidade, o que levou a canalização das águas, na medida em que foram incorporadas à malha urbana.

Assim, como as boas lembranças guardadas na memória dos moradores que presenciaram as águas limpas na paisagem urbana, aparecem às representações positivas associadas com imagens negativas de degradação desses ambientes. Outras representações são criadas ancoradas em ambientes já degradados, em que os moradores as associam com imagens de outros espaços da cidade em que o “problema foi solucionado” através da canalização e da construção de espaços públicos de lazer.

Para os moradores que, em outros tempos, conviveram com as águas em seus momentos de lazer, as canalizações e a degradação dessas águas são vistas com certa tristeza. Já para aqueles que não tiveram essa oportunidade, a canalização, se possível fechada, finalizada com a construção de áreas de lazer, é o que precisa ser objetivado, segundo as representações desses moradores.

Percebemos que, quanto mais o ambiente, em que as águas se fazem presentes, possui características próximas as naturais, maior é o descaso por parte da população. Essas áreas, para a maioria dos entrevistados, aparecem em seus discursos como lugares que não pertencem à cidade e, também não pertencem a ninguém, justamente por serem ambientes que afastaram a população, seja por representarem espaços degradados, de abandono e por transmitirem sensações de insegurança, ou pelo próprio isolamento dessas áreas através do seu cercamento.

Entendemos que tais práticas depreciativas ou, as incivilidades em relação aos cursos d'água e às suas adjacências, também é resultado de um histórico de mau uso desses ambientes pelo poder público como, para o depósito de lixo e lançamento de esgoto. Os moradores comparam estes ambientes degradados com os espaços que se apresentavam com as mesmas características e receberam melhorias por parte do poder público e entendem, ou mesmo esperam, que esses também passarão pelo mesmo processo:- degradação → ruptura, alambrados → distanciamento; canalização → melhorias, espaços de lazer → pertencimento.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa mostraram que as águas da cidade de Presidente Prudente ficaram apenas na memória daqueles que um dia as presenciaram limpas na paisagem e, para aqueles que não tiveram essa oportunidade e, mesmo para quem teve, hoje esses córregos são apenas galerias por onde percorre um líquido que carrega a sujeira que a cidade produz. O rio não está mais ali, o que ele representa hoje é toda a negatividade que sua presença na cidade pode trazer como o lixo, esgoto, mau cheiro, insetos e perigo. Essas águas, na opinião dos moradores, precisam ser escondidas, elas não pertencem mais a cidade.

Concluimos que, a partir da memória da cidade, do que sobrou do seu passado, tanto materializado no espaço ou em documentos, quanto do registro da memória coletiva, que se torna possível reconstruir muito do passado de Presidente Prudente, em que as águas estavam mais presentes na paisagem urbana e faziam parte do cotidiano de muitas pessoas.

Acreditamos que à falta da presença de alternativas que valorizem as águas no espaço urbano, conduz os moradores a exigirem do poder público municipal a canalização dos córregos, no desejo de integrarem estes locais ao espaço da cidade e deles poderem se apropriar efetivamente. Confirma-se assim a ideia de que estamos diante de um círculo vicioso em que, para atender aos anseios da população o poder público oferece como soluções, – mais viáveis e imediatas –, a canalização, a abertura de espaços públicos ou mesmo o cercamento e isolamento da área, para minimizar o problema – sendo que estas últimas medidas, como vimos, não conseguem frear as práticas de degradação, aumentando o distanciamento da população dessas áreas.

É preciso tomar consciência de que a forma como são tratados esses ambientes dos quais as águas fazem parte – esgoto, lixo, entulhos, descaso –, e as propagandas e modelos de espaços públicos construídos na cidade, que mascaram os problemas ambientais, como resultados de “urbanização de fundos de vale”, suscitam representações sociais que tem por consequências gerar a hostilidade, a aversão por ambientes naturais de fundos de vale.

Assim, torna-se urgente desconstruir estes processos, mostrando outras possibilidades para esses ambientes, em que as águas possam ser incorporadas a partir de outros formatos, que não seja sua canalização. Somente assim, poderemos ver a construção de outras e novas representações sociais sobre o ambiente e suas águas, e então, observar se mudarão ou não as práticas em relação a esses espaços.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras. Geografia I**, Porto, v. 14, p. 77-97, 1998. Disponível em:

<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

AMORIM, M. C. C. T. **O clima urbano de Presidente Prudente (SP)**. 2000. 374 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. Brasília, DF, 1965. Publicado no DOU de 16 set. 1965 e retificado em 28 set. 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4771impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771impressao.htm)>. Acesso em: 7 maio 2017.

FAGUNDES, B. **A problemática da água como representação social**: um estudo de caso com os moradores do Bairro Alto da XV em Guarapuava – PR. Jundiáí: Paco, 2015.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais*: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

**PLANO Diretor de Presidente Prudente**. São Paulo: CPEU/FAUUSP, 1968-1969. 3 v. Estudo elaborado para a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

PRESIDENTE PRUDENTE. Plano Municipal de Abastecimento de Água e Esgoto. **[Portal] Município de Presidente Prudente**, out. 2009. Arquivo do PLAMAE – Plano Municipal de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Disponível em: <[http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/planejamento\\_urbano.xhtml](http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/planejamento_urbano.xhtml)>. Acesso em: 06 abr. 2018.

PRESIDENTE PRUDENTE. Plano Municipal de Drenagem Urbana **[Portal] Município de Presidente Prudente**, set. 2010. Disponível em: <[http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/planejamento\\_urbano.xhtml](http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/planejamento_urbano.xhtml)>. Acesso em: 06 abr. 2018.

PRESIDENTE PRUDENTE. Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Habitação. Revisão do Plano Diretor: histórico do Plano Diretor de Presidente Prudente. **[Portal] Município de Presidente Prudente**, [2018?]. Disponível em: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/planodiretor/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 13-259.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991**. Estabelece



normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. São Paulo, SP, 1991. Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa em 30 dez. 1991. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei-7663-30.12.1991.html>>. Acesso em: 03 out. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Ministério Público. Assunto: Canalização de córregos na cidade de Presidente Prudente – SP. **Parecer técnico**. Autos: PT nº 439/05. Presidente Prudente, 11 nov. 2005.

SÃO PAULO (Estado). Ministério Público. Assunto: Área de risco/enchentes [em] Presidente Prudente. **Parecer técnico**. Registro LT 384/15 CAEX, procedimento IC nº 14.0720.0010458/2014-9. Presidente Prudente, 5 maio 2015.

SPINK, M. J. P. O estudo empírico das representações sociais. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 85-108.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em Presidente Prudente**: a lógica da expansão territorial urbana. 1983. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1983.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM, R. (Org.). *Ambiente e lugar no urbano*: a grande Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2000. p. 13-34.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia física (?) geografia ambiental (?) ou geografia e ambiente (?). In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 111-120.